



Ambulatório Médico de Especialidades de Jales/SP
(Administrado pela Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga) CNPJ (MF): 72.957.814/0004-72

Parecer do Conselho Fiscal

Os Membros do Conselho Fiscal da Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial da Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga - Ambulatório de Especialidades de Jales e demais contas referentes ao exercício de 2017, tendo verificado a exatidão, bem como a mais perfeita ordem dos livros contábeis, de escrituração e demais documentos são de parecer que devem ser aprovados pela ASSEMBLEIA GERAL DO CONSELHO.

Votuporanga, 29 de Janeiro de 2018.
Alicio Simioli - CPF: 098.068.008-50 - RG: 16.395.151-2
José Luiz Mechi - CPF: 786.796.218-20 - RG: 10.227.978-8
Oscar Guarizo - CPF: 589.590.798-72 - RG: 7.399.587-3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Provedor, membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal da Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do **Ambulatório Médico de Especialidades - Jales**, CNPJ 72.957.814/0004-72, filial da Organização Social de Saúde Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga, CNPJ 72.957.814/0001-20, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, da demonstração do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Ambulatório Médico de Especialidades - Jales**, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Conforme o parágrafo 6º do artigo 30 da Portaria 834 do Ministério da Saúde, as demonstrações contábeis auditadas representam a real situação patrimonial e financeira da entidade. As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2016, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por nós, cujo relatório datado de 27 de Janeiro de 2017, não continha ressalva. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais, planejamos e executamos procedimentos de auditoria suficiente para fundamentar nossa opinião. - Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que poderia ser identificadas durante nossos trabalhos. Ribeirão Preto SP, 26 de Janeiro de 2018. **Teorema Contabilidade SS Ltda. - CRC 2SP018705/O-6 - Florival Joaquim Martins - Responsável Técnico - Contador CRC 1SP097926/O-4**

Segue a demonstração do período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 do Ambulatório Médico de Especialidades - Jales, CNPJ 72.957.814/0004-72, filial da Organização Social de Saúde Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga, CNPJ 72.957.814/0001-20.

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIO 2017		
ATIVO	2017	2016
CIRCULANTE	2.220.615,53	1.913.724,59
DISPONÍVEL	1.900.779,31	1.757.905,86
Bancos c/ Movimento	1.468,05	2.051,85
Aplicações Financeiras	1.899.311,26	1.755.854,01
REALIZÁVEIS	319.836,22	155.818,73
Títulos e Créditos à Receber	130.000,00	0,00
Estoques	144.379,37	111.644,96
Adiantamentos	45.456,85	44.173,77
ATIVO NÃO CIRCULANTE	163.491,07	149.445,65
Depósitos Judiciais	163.491,07	149.445,65
TOTAL DO ATIVO	2.384.106,60	2.063.170,24
PASSIVO	2017	2016
CIRCULANTE	2.224.215,53	1.917.324,59
EXIGÍVEL A CURTO PRAZO	2.224.215,53	1.917.324,59
Tributos e contribuições	87.141,83	91.983,63
Provisões Férias e Encargos	315.121,82	253.296,10
Prestação de Serviços	472.522,66	391.277,22
Obrigações com Pessoal	191.645,68	171.260,67
Fornecedores	8.628,24	31.255,70
Verbas Públicas	1.149.155,30	978.251,27
NÃO CIRCULANTE	159.891,07	145.845,65
Tributos e Contribuições	159.891,07	145.845,65
PATRIMÔNIO SOCIAL	0,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO	2.384.106,60	2.063.170,24

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS		
Receita Contrato de Gestão	11.158.556,00	9.662.165,60
Resultado de Aplicação Financeira	195.454,77	241.362,20
INSS Cota Patronal - Receita	826.004,62	729.361,51
INSS Cota Patronal - Despesa	(826.004,62)	(729.361,51)
Outras Receitas	54.697,37	45.727,19
Total das Receitas	11.408.708,14	9.949.254,99
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	3.531.654,67	3.219.340,84
Pessoal	5.904.837,76	5.114.791,95
Serviços Assistenciais	1.086.655,68	923.486,39
Serviços de Terceiros	572.452,58	393.051,99
Materiais	301.482,99	285.879,36
Gerais (água, luz, telefone e aluguel)	9.914,46	12.704,46
Tributárias/Financeiras	1.710,00	0,00
Total das Despesas Operacionais	11.408.708,14	9.949.254,99
Resultado do Exercício	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31/12/2017			
	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO DO EXERCÍCIO	TOTAL DO PATRIMÔNIO SOCIAL
SALDO EM 31/12/2015	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00
SALDO EM 31/12/2016	0,00	0,00	0,00
Resultado do Exercício	0,00	0,00	0,00
SALDO EM 31/12/2017	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31/12/2017		
DESCRIÇÃO	2017	2016
1 - RECEITAS	11.438.841,37	10.264.579,19
1.1) Repasse Contrato de Gestão	11.384.144,00	10.218.852,00
1.2) Outras Receitas	54.697,37	45.727,19
2-INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	7.830.090,53	6.828.068,09
2.1) Custos serviços prestados	6.873.164,59	5.927.993,35
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	902.241,97	710.766,24
2.3) Investimentos	54.683,97	189.308,50
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	3.608.750,84	3.436.511,10
4 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	3.608.750,84	3.436.511,10
5 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	195.454,77	241.362,20
5.1) Receitas financeiras	195.454,77	241.362,20
6 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	3.804.205,61	3.677.873,30
7 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	3.804.205,61	3.677.873,30
7.1) Pessoal e encargos	3.535.009,26	3.222.224,39
7.2) Aluguéis	98.292,32	88.271,01
7.3) Sobre autorizada aplicação no exercício seguinte	170.904,03	367.377,90

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)		
	31/12/2017	31/12/2016
FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	0,00	0,00
(+) Despesas de Depreciação	0,00	0,00
(-) Outras Variações do Ativo Circulante	(164.017,49)	(49.960,44)
(+) Outras Variações do Passivo Circulante	306.890,94	491.073,16
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	142.873,45	441.112,72
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Depósitos Judiciais	(14.045,42)	(25.865,35)
Ativo Imobilizado - Variação	0,00	0,00
Intangível	0,00	0,00
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(14.045,42)	(25.865,35)
FLUXOS DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Empréstimos e Financiamentos - CP	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos - LP	0,00	0,00
Tributos e Encargos Sociais - LP	14.045,42	25.865,35
Débitos Diversos	0,00	0,00
Outras Variações do Patrimônio Social	0,00	0,00
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	14.045,42	25.865,35
AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES	142.873,45	441.112,72
SALDO INICIAL DAS DISPONIBILIDADES	1.757.905,86	1.316.793,14
(-) SALDO FINAL DAS DISPONIBILIDADES	1.900.779,31	1.757.905,86
VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	142.873,45	441.112,72

NOTAS EXPLICATIVAS

Para operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde prestados no **AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES DE JALES - AME**, a Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga, qualificada como Organização Social de Saúde - OSS, firmou em 14 de março de 2014, com a Secretaria de Estado da Saúde, o Contrato de Gestão nº 001.0500.000.002/2014. No Contrato de Gestão e respectivos termos aditivos, estão estabelecidas as regras para gerenciamento do Ambulatório, metas a serem cumpridas e repasses a serem efetivados a OSS - Santa Casa de Misericórdia de Votuporanga para o custeio das atividades do AME - Jales. Para o exercício de 2017 conforme os termos de ret-ratificação nº 01/2017, nº 2/2017 e nº 03/2017 vigentes, foi pactuado orçamento no valor de R\$ 11.384.144,00 (Onze Milhões Trezentos e Oitenta e Quatro Mil Cento e Quarenta e Quatro Reais), dos quais foram recebidos R\$ 11.254.144,00 (Onze Milhões Duzentos e Cinquenta e Quatro Mil Cento e Quarenta e Quatro Reais) ficando em aberto para receber em 2018 R\$ 130.000,00 (Cento e Trinta Mil Reais), a saber:

DEMONSTRATIVO DOS REPASSES PÚBLICOS RECEBIDOS		
DATA DO REPASSE	Nº DO DOCUMENTO DE CRÉDITO	VALORES REPASSADOS EM R\$
06/01/2017	2017OB00447	875.762,00
06/02/2017	2017OB12479	875.762,00
06/03/2017	2017OB18144	915.762,00
06/04/2017	2017OB24679	915.762,00
06/05/2017	2017OB33576	915.762,00
06/06/2017	2017OB41493	915.762,00
06/07/2017	2017OB52854	915.762,00
04/08/2017	2017OB74421	915.762,00
06/09/2017	2017OB84833	915.762,00
13/09/2017	2017OB18742	65.000,00
06/10/2017	2017OB95361	915.762,00
25/10/2017	2017OB20585	32.500,00
06/11/2017	2017OBB0396	915.762,00
24/11/2017	2017OBC2044	150.000,00
27/11/2017	2017OBC22693	97.500,00
05/12/2017	2017OBC5705	915.762,00
TOTAL		11.254.144,00